

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência sente-se no dever de fazer o seguinte registro:

(Passa a ler.)

"Prezado presidente Joares Ponticelli,

Apreciaríamos que v.exa. fizesse chegar aos nobres parlamentares a nossa mensagem de gratidão pela conquista unânime da PEC n. 65/2013, publicada no Diário Oficial do dia 20/06 próximo passado. Em expediente personalizado que será distribuído pela coordenadoria de Apoio ao Plenário, expressamos a nossa mensagem e anexamos um DVD chamado "Sonho de Maestro" que conta um pouco da nossa história para os deputados

Abraços afetuosos do maestro Nilo Valle."

Eu me senti no dever de fazer esse registro não apenas porque o maestro, sr. José Nilo Valle, tivesse feito essa solicitação, mas pelo carinho que ele demonstrou individualmente a cada parlamentar. E v.exas. já receberam essa mensagem de agradecimento personalizada, que demonstra o carinho que ele também dispensa a esta Casa.

Eu já disse em outras oportunidades, e sei que falo em nome das quatro deputadas e dos 36 deputados, de que vossa senhoria mais parecia um membro efetivo, integrante permanente desta Casa, pela sua presença diária neste Parlamento, há muito tempo pleiteando em favor da OSSCA, a nossa Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Não dá para falar da OSSCA sem falar, sem associar e sem personificá-la no maestro Nilo. Quando esta Casa votou por unanimidade a PEC, com a agilidade com que votou, tenham a certeza de que fez em reconhecimento aos 20 anos de grandes serviços prestados pela OSSCA e por todos que a integraram, mas certamente fizemos também em homenagem ao maestro Nilo, pelo seu carinho, pela sua vida dedicada à nossa Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Fez bem para esta Casa, fez bem para os 40 deputados, poderemos fazer o resgate desse compromisso que tem o estado de Santa Catarina, e que reconhece a sociedade catarinense, com a nossa orquestra sinfônica.

Parabéns a v.sa., maestro Nilo, a todos que fazem da OSSCA 20 anos de sucesso. Muito obrigado pelo carinho demonstrado nessa mensagem a esta Presidência e aos demais 39 parlamentares que compõem esta Casa. Faço esse registro em nome de todos.

Convido o sr. secretário, deputado Padre Pedro Baldissera, para proceder à leitura da ata das últimas sessões.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0056/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0127/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0123/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a prorrogação de mandatos de conselheiros tutelares em todo o estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente Projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00746/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0311/12, de origem governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2013.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do relator.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a título de esclarecimento, isso é verdade, até porque houve um equívoco em razão desses vetos, em razão de emendas do relator feitas ao Orçamento do estado, no projeto de lei que tramitou, no ano passado, nesta Casa. Infelizmente, houve um erro quando da descrição da autoria das emendas. Escreveu-se que era do deputado Marcos Vieira, como emenda individual, o que não era verdade, era emenda de relator, tendo em vista que essas emendas se tratavam de ações do Orçamento Regionalizado, ou seja, ações aprovadas nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Por acordo de líderes, foi decidido que todas as ações do Orçamento Regionalizado aprovadas na base e que o Poder Executivo não as incluísse no Orçamento Regionalizado esta Casa faria a inclusão. Foi criada essa polêmica, mas fruto do entendimento coordenado pelo eminente deputado Aldo Schneider, líder do governo, chegamos a esse acordo de que os vetos só seriam colocados em votação após evidentemente a vinda para esta Casa dos projetos de lei, fazendo-se os devidos remanejamentos, resgatando aquilo que efetivamente havia sido aprovado nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Eu quero, sr. presidente, ao fazer esta exposição, já também requerer a v.exa., tendo em vista que o quórum ainda não é suficiente para deliberarmos, que possamos fazer a inversão da pauta e partir para a aprovação, pelo menos em primeiro turno, dos outros projetos de lei, para que possamos dar andamento na Casa.

Hoje pela manhã foram aprovados nas respectivas comissões os quatro projetos de lei que fazem a alteração, resgatando aquilo que havia sido aprovado nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Então, sr. presidente, não havendo quórum para deliberar... Existe quórum para deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, deputado Marcos Vieira, existe quórum para deliberar.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então, havendo quórum, sr. presidente, podemos fazer a votação dos vetos, para em seguida votarmos os projetos de lei que foram aprovados nas comissões no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. E informo a v.exa. que já confirmamos que temos quórum para deliberar, até porque o veto precisa ser regimentalmente deliberado antes da votação dos projetos de lei.

Então, a preocupação de v.exa. é procedente. É preciso que haja quórum, para não correremos nenhum risco, é importante que v.exa também faça este registro, como o fez para esclarecer, até porque dessa forma mais uma vez o acordo celebrado entre esta Casa e o governo do estado foi cumprido.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero corroborar com as explicações do deputado Marcos Vieira. Não quero me tornar redundante, no sentido do por que isso tudo ocorreu, mas quero fazer um registro em nome dos técnicos do governo, principalmente da secretaria de Planejamento, da Casa Civil, porque em algumas reuniões no meu gabinete, juntamente com o relator deputado Marcos Vieira, buscamos esse encaminhamento de que os vetos seriam apreciados à medida que o governo apresentasse nesta Casa a recomposição das emendas apresentadas no Orçamento Regionalizado.

Então, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estamos cumprindo o compromisso, deputado Marcos Vieira, assumido com o relator e em consequência com a comissão de Finanças e

Tributação, no sentido de que o governo faria essa alteração no Plano Plurianual e obviamente buscaria as fontes orçamentárias para dar amparo a essas 15 emendas que foram vetadas pelo Poder Executivo.

Portanto, neste momento quero dizer que o compromisso assumido com a comunidade, através do Orçamento Regionalizado, está recuperado. Faço também uma referência ao eminente deputado Marcos Vieira, que foi quem levantou essa questão na condição de relator.

E nós, na condição de líder do governo, fomos buscar os encaminhamentos devidos para que se reparasse uma injustiça ocorrida em relação ao veto governamental.

Seria isso, sr. presidente. E obviamente solicito a v.exa. que antes da votação dos projetos de lei possamos fazer a votação dos vetos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero rapidamente corroborar com tudo que foi dito por v.exa., pelos deputados Aldo Schneider e Marcos Vieira, pois acho que este momento é extremamente importante para essa relação de confiança entre o Poder Legislativo e o Executivo, mas, acima de tudo, há a questão do Orçamento Regionalizado.

O deputado Marcos Vieira que presidiu a comissão e, conseqüentemente, as audiências públicas no ano passado fez um trabalho correto, leal, parceiro, construtivo, que teve por parte do governo uma interpretação errônea e agora está sendo retificado em tempo. Com isso ganha o Poder Legislativo, ganha o Poder Executivo, mas, acima de tudo, ganha o processo de Orçamento Regionalizado e as pessoas que ainda acreditam nesse modelo.

Então, parabenizo v.exa. também como presidente desta Casa, o deputado Aldo Schneider,

como líder, e especialmente o deputado Marcos Vieira que liderou esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Esta Mesa compartilha com a manifestação de v.exa. e cumprimenta também o deputado Aldo Schneider que aqui representa o governo e o deputado Marcos Vieira por ter tratado desse assunto da forma responsável que tratou.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Srs. deputados, espero que esta seja uma das últimas votações secretas que este Parlamento tem que fazer. Se Deus quiser e nós agilizarmos, no segundo semestre não haveremos mais de passar por essas votações. Quero que todas as votações sejam abertas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, não entendi e gostaria que v.exa. explicasse: o voto, no caso aqui é o "dois", não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- É voto "um" para manter o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, v.exa. disse que talvez seja uma das últimas votações secretas desta Casa, mas quero crer também que seja a última votação unânime do dia de hoje.

(O deputado Kennedy Nunes fala fora do microfone.)

Não vai. Será, deputado Kennedy Nunes? V.Exa. votou pela derrubada do veto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Por isso temos que acabar com o voto secreto, porque veja que o deputado Kennedy Nunes já está se antecipando e abrindo mão da secretude do voto.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, isso quer dizer, deputado Marcos Vieira, que o PSDB não faz mais parte da base do governo? Acredito que seja isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Pode responder, deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Não, muito pelo contrário, deputada Ana Paula Lima, até quero fazer uma referência de que talvez neste ano, pela primeira vez, as três partes cumpriram cem por cento do acordo feito, que é a comissão de Finanças, os demais líderes desta Casa e o Poder Executivo.

Por isso, mesmo eu tendo sido o relator e a emenda do relator tenha sido vetada, vou pela manutenção do veto, porque os projetos de lei que recuperam as ações do Orçamento Regionalizado e que passam a serem reinseridas no Orçamento foram aprovados hoje nas comissões. E esta Casa, em seguida, vai dar uma demonstração também de que cumpriu o acordo aprovando os projetos de lei.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, até por uma questão de entendimento, se eu mesmo me confundi, obviamente algum colega pode ter-se confundido também.

Eu gostaria de deixar registrado aqui que esse é um acordo do governo com a comissão de Finanças. A partir da emissão dos projetos de lei para esta Casa convalidando aquilo que foi vetado, nós teremos que, neste momento, manter o veto que foi

original do governo para que possamos aprovar posteriormente os três projetos de lei.

Então, é voto "um" para manter o veto do sr. governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero dizer que, apesar do relator ter declinado, continuei votando no "dois", mantendo a rebeldia e dizendo "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

| | |
|-------------------------------|-------|
| DEPUTADA ALDO SCHNEIDER | votou |
| DEPUTADO ALTAIR GUIDI | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | votou |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO | votou |
| DEPUTADO ANTONIO AGUIAR | votou |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI | votou |
| DEPUTADO CIRO ROZA | |
| DEPUTADO DADO CHEREM | votou |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT | votou |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI | votou |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | votou |
| DEPUTADO GELSON MERISIO | |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL | votou |
| DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS | votou |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | votou |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA | |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI | votou |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | votou |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI | votou |

| | |
|---------------------------------|-------|
| DEPUTADO MANOEL MOTA | |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | votou |
| DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK | votou |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL | votou |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | votou |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NEODI SARETTA | votou |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | votou |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | votou |
| DEPUTADO RENATO HINNIG | votou |
| DEPUTADO RENO CARAMORI | votou |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | votou |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | votou |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | votou |
| DEPUTADO VALMIR COMINN | votou |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI | |

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, pelo menos sabemos que, dos sete votos, um é do deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está mantido o veto, portanto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2013, de procedência governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero apenas fazer constar aos nobres deputados e deputadas de que essa é parte do acordo feito em razão da manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar a presença nas galerias da Casa da minha amiga de movimento sindical, de movimento feminista e agora vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Rio do Sul, a nossa querida Zeli da Silva. Seja bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino. Esta Presidência registra e agradece a presença da autoridade por v.exa. nominada.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Renato Zaccaron, do Morro da Fumaça, acompanhado de várias lideranças do setor da cerâmica vermelha: Alexandre, José Valmir, Hilário e Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Na ausência do deputado Manoel Mota, o deputado Renato Hinnig naturalmente faz o registro da presença de lideranças da sua extensa base

parlamentar. O deputado Manoel Mota, com toda certeza, agradece a lembrança e a providência de v.exa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0260/2013, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, do Fundo Estadual de Saúde, da secretaria de estado da Infraestrutura, do departamento estadual de Infraestrutura, do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e da Celesc Distribuição S.A.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, esse é o segundo projeto de lei que vem a plenário que também faz parte do acordo e que resgata algumas ações que estão sendo reinseridas no Orçamento do estado, fruto da aprovação das audiências do Orçamento Regionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, tornando-nos redundante, mas é exatamente a colocação do deputado Marcos Vieira, estamos aqui recuperando o compromisso. Então, é em função do veto que acabamos de manter, e esses são os projetos que vêm substituir os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2013, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, ainda para esclarecer, este projeto de lei refere-se à alteração físico-financeira do programa do plano plurianual, porque quando dos vetos houve o remanejamento dos valores das ações. E está se resgatando os valores das ações do Orçamento Regionalizado nos mesmos patamares em que foram aprovados lá nas audiências, deputado Valmir Comin.

Então, o acordo resgata não só as ações, mas também respectivamente os valores que foram aprovados nas audiências públicas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0261/2013, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, igualmente, da mesma forma, como o projeto de lei anterior, também se refere aos valores das audiências do Orçamento Regionalizado. Resgata-se o valor original aprovado lá na ponta da linha, que é em cada uma das regiões.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0214/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis a municípios e estabelece outras providências (unidades escolares).

Ao projeto foram acrescentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, este projeto de lei visa regulamentar uma lei já aprovada nesta Casa, em 1999, quando o governo do estado criou o Programa Nucleação de Escolas.

São mais de 230 municípios que desde 1999 não regularizaram as escrituras desses imóveis que funcionavam como escolas isoladas estaduais.

Quando da criação da nucleação, automaticamente esses imóveis já foram passados para os municípios. E mais de 230 municípios ainda não fizeram a devida escrituração.

Então, o governo, agora, está re-encaminhando um novo projeto, fazendo uma doação novamente nesses 230 municípios de todas as escolas isoladas. E obviamente, a partir da aprovação desse projeto, o governo fará uma correspondência a todos as senhoras e senhores prefeitos de Santa Catarina, para que regularizem essa questão junto aos seus municípios. Até porque temos centenas de imóveis se depredando, centenas de imóveis não cuidados, que já fazem parte do patrimônio municipal. Enfim, por displicência, e não vamos julgar aqui o porquê, as prefeituras não tomaram posse desses imóveis. Mas com esse projeto de lei, agora, vamos fazer uma campanha intensiva junto às prefeituras municipais, para que tomem posse desses imóveis e cuidem deles. E dá para se fazer tantas coisas nessas comunidades interioranas de Santa Catarina que é um desperdício do dinheiro público deixar esses imóveis da forma como estão lá.

Então, seria isso, sr. presidente, para encaminhamento, no sentido de esclarecer aos nossos senhores deputados e senhoras deputadas que se está fazendo aqui aquilo que já foi feito em 1999.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estava ouvindo o deputado Aldo Schneider falar e é muito bom realmente isso, mas junto com a responsabilidade, junto com essa outorga, com a autorização da doação dos imóveis, tem que vir um cascalhinho para as prefeituras manterem esses imóveis.

O que está acontecendo é que o governo do estado, assim como o governo federal, ou seja, os entes maiores, estão deixando para as prefeituras as responsabilidades, e as prefeituras têm pouco dinheiro para fazer a manutenção daquilo que já têm. Agora, recebendo essa doação, tomara que o governo também passe um pouco de recurso para que as prefeituras possam manter esses imóveis. Lá em Joinville, por exemplo, se for só passar a doação

dos imóveis das escolas que estão fechadas para o município já são cinco.

Então, eu não poderia deixar de registrar aqui, em nome dos prefeitos, que vindo a doação que também venha recursos para que possa ter a reforma ou a manutenção desses prédios.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0248/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Lourenço do Oeste para a construção da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0249/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel, no município de Rio do Sul, para órgão público municipal.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra sr. presidente.

O SR. PREIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o vereador Cariso Savio Giacomini, de Rio do Sul, líder da bancada do PMDB daquela Casa, e da vereadora do PT, Zeli da Silva,

líder do governo. Eles estão aqui acompanhando a aprovação do projeto de lei que diz respeito a um imóvel localizado no centro da cidade de Rio do Sul, com 2.665m², doado pelo governo do município de Rio do Sul, em 1941. E a partir da nova construção da penitenciária daquela cidade, o governo do município também de Rio do Sul doou para o estado 300 mil metros quadrados de área.

Agora, estamos fazendo a reversão de um imóvel doado, em 1941, pelo município de Rio do Sul, pois o presídio daquela cidade foi desativado em função da construção do novo presídio, e agora o governo do estado está retornando ao patrimônio do município de Rio do Sul esse imóvel localizado na área central daquela cidade.

Então, quero aqui, em nome do vereador Cariso Savio Giacomoni, em nome da vereadora Zeli da Silva, render as nossas homenagens à comunidade rio-sulense. Com certeza esta Casa fará justiça àquilo que os nossos antecedentes, lá nos idos de 1940, fizeram para o governo do estado, através da doação desse imóvel. E agora, obviamente, com o retorno a prefeitura municipal poderá construir uma edificação para atender à comunidade local.

Seria isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, no mesmo sentido acho importantíssima essa votação não só de Rio do Sul como também a dos demais municípios.

Temos centenas de estabelecimentos que os municípios querem utilizar para atividades sociais, saúde, educação, mas que a burocracia deste país prejudica, pois os municípios não podem utilizar, não podem investir, não podem recuperar.

Queria aproveitar para registrar também a presença do vereador Adriano Rigo, de Serra Alta,

grande líder daquele município, acompanhado do vereador Selecio Orth.

Este e todos os projetos neste sentido, sr. presidente, são muito importantes para os municípios.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade a matéria.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, até pretendia ir à discussão, mas sem problema algum de fazer o apontamento depois.

Certamente esse é um projeto importante, mas lembrando de que o governador Raimundo Colombo incluiu em sua plataforma de proposta de candidatura a desativação do complexo penitenciário da Trindade, em Florianópolis, com o propósito de uso público e até hoje isso não se converteu em realidade, como estamos vendo bravamente hoje o povo de Rio do Sul conquistando lá para aquela cidade.

Então, também o povo de Florianópolis reivindica que possamos retirar o complexo penitenciário da Trindade, como o governador tinha se comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigada, deputada Angela Albino.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2013, de autoria da Mesa Diretora, que cria o Programa Alesc Inclusiva, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero apenas fazer o registro, como relatora na comissão de Finanças e Tributação, que aprovamos e destacar a importância desse projeto.

Sr. presidente, v.exa. insistentemente, de forma muito positiva, pediu que acelerasse, tendo em vista que se trata de um projeto que vai criar condição para garantirmos nesta Casa que 20 estagiários, estudantes da rede regular das séries finais do ensino fundamental, como também do ensino médio e superior e educação especial, possam trabalhar por quatro horas na Assembleia Legislativa, sendo pessoas com deficiência.

Além dessa característica importante, quero destacar algo que me chamou atenção no projeto, que é a acolhida que esta Casa terá que fazer às pessoas com deficiência. Essa talvez seja a maior dificuldade, porque as empresas já têm uma legislação, através da qual são obrigadas a garantir... No entanto, têm dificuldade também de lidar com essa necessidade educativa especial em seus quadros. Às vezes a empresa quer, mas tem dificuldade de acolher no sentido de ter que fazer uma série de modificações no local de trabalho. E também há a própria relação pessoal que se dá com esse aluno.

Precisamos destacar a importância desse projeto. Não é o primeiro nesta Casa, mas abre um precedente para discutirmos outras demandas, outras necessidades educativas especiais, que podem ser contempladas não apenas na Assembleia Legislativa, mas nos Poderes Executivo e Legislativo como um todo, de uma forma melhor aceita pela sociedade.

Quero destacar o valor desse projeto, porque acho que precisamos olhar para as pessoas com esse carinho, pois não somos todos iguais, e não é por isso que as pessoas não têm o direito de mostrar o que sabem fazer.

A Presidência está de parabéns, bem como a Mesa Diretora, porque se trata de um projeto de resolução da mesma.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada! Agradecemos a sua manifestação, que compartilho com a Mesa Diretora e toda a Casa, e especialmente pelo empenho, a dedicação e o cuidado que v.exa. teve com essa matéria.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Quero cumprimentar a deputada Luciane Carminatti pela sua fala. Ela foi muito feliz na abordagem que fez aqui sobre esse tema.

Quero cumprimentá-la pela relatoria desse projeto de resolução. Mas fundamentalmente quero cumprimentá-lo, sr. presidente, bem como a Mesa Diretora, que foi muito sensível a esse apelo, a essa causa. e de modo pronto, rápido e ágil deu encaminhamento necessário para que pudéssemos avançar nessa questão.

Acho que a Assembleia Legislativa avança neste tema. Isso aconteceu muito em razão da criação da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que já faz seguidores. A Câmara de Vereadores da Capital já criou também a sua comissão específica para tratar desse tema. Nós avançamos sobretudo sob o seu comando, sr. presidente, e da atual Mesa Diretora que tem estabelecido parcerias importantes para que possamos avançar.

Ainda hoje à noite estaremos aqui fazendo a abertura de um curso de capacitação, uma parceria desta Casa com o Instituto Guga Kuerten. Acho que estamos, aqui, hoje, fazendo seguidores. Não tenho dúvidas de que esse projeto de resolução, uma vez aprovado, vai provocar em outros órgãos do Poder Público de Santa Catarina também iniciativas semelhantes, buscando sempre a inclusão dessas

pessoas, que é o grande objetivo talvez dessa luta que está sendo encampada em todo o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado.

Quero também cumprimentar v.exa. e todos os integrantes da comissão, que foram os proponentes desse projeto de resolução. Agradeço à Mesa Diretora e aos parlamentares. Estou absolutamente certo que esse projeto vai fazer bem para a sociedade catarinense e vai virar referência. E o mais importante é que será implementado com critérios. Esses 20 estagiários virão para a Assembleia não no sentido de que esta Casa faça caridade com alguém. Haverá um critério na contratação. Eles serão selecionados de forma profissional. Eles virão para dar resultados, para trabalhar, para nos ajudar, para melhorar as nossas condições de acessibilidade. Aliás, essa é uma reflexão que temos que fazer permanentemente.

Até a presença do ex-deputado Julio Garcia na condição de presidente desta Casa pouco se fazia até então. Foi de lá para cá que iniciamos o processo de adaptação do nosso prédio também.

Constatamos, deputado José Nei Ascari, que o ponto mais importante desta Casa, o local mais importante de um Parlamento, a tribuna, a essência da Casa, ainda é inacessível quando um dos nossos, deputado Volnei Morastoni, ficou temporariamente cadeirante.

Então, a presença, deputada Angela Albino, desses estagiários, além do gesto de inclusão, do comprometimento de inclusão que esta Casa vai demonstrar publicamente, vai nos ajudar também a fazer essa avaliação permanente do que temos que investir, do que temos que fazer para melhorar as condições de acesso aos diferentes. O mais importante é que eles virão, como disse, para prestar serviço, para serem incluídos efetivamente. E para isso, deputado, uma preocupação que a comissão tem levantado é que vamos fazer toda uma preparação, uma ambientação,

porque se existe o preconceito, às vezes, é por falta de saber agir com essas pessoas.

Então, acho que vamos ter a oportunidade de aprendizado, os nossos servidores e todos aqueles que aqui passarem.

Acho que é um momento importante, mas antes de colocar em votação esse assunto, vamos ouvir a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A Assembleia Legislativa já é referência para o Brasil no programa Antonieta de Barros, que também é um excelente programa oportunizado para jovens com mais necessidades, aqui, no Parlamento catarinense. E agora, mais uma vez, esta Casa está dando um bom exemplo, abrindo essas vagas para os estagiários que possuem alguma deficiência. É muito importante essa convivência conosco, até para fazermos projetos coordenados pelo deputado José Nei Ascari, na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas vivenciar o dia a dia é muito importante.

Parabéns! A Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns para esta Casa, deputada. Essa conquista é da Casa, porque esse projeto vai fazer bem, acima de tudo, para a alma de todos nós que estamos aqui no dia a dia.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 250/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que dá nova redação ao art. 2º,

da Lei 15.314/2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer custo.

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, é a adequação de uma lei antiga, há três anos, da deputada Odete de Jesus. O deputado Kennedy Nunes acompanhou. E estamos adequando conforme a proposta do decreto governamental recentemente colocado à disposição da sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0104/2013, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas as emendas do relatório: Emenda Modificativa n. 173, Emendas Aditivas n.s 174 e 175 e Emendas n.s 64 a 152, 154, 156, 158 e 162.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para discutir.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, peço vênua, mas gostaria de registrar a presença dos vereadores Wilson Martins dos Santos, Ivan Marques e o vice-prefeito Gelson Saibo, de Xanxerê, que estão aqui para tratar de assuntos de interesse do referido município.

Agradeço a v.exa. e ao deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência registra e agradece a presença das autoridades nominadas por v.exa.

Com a palavra, pela ordem, para discutir, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados e colegas deputadas, todos que acompanham a nossa sessão, é extremamente importante fazermos aqui um rápido relato da condução das tratativas de apresentação do parecer conclusivo da LDO. Claro que todos os deputados e deputadas da comissão de Finanças e Tributação acompanharam mais de perto. Os demais deputados que não fazem parte da comissão não acompanharam todos os passos, já que a matéria somente tramita nessa comissão.

Aqui é importante ressaltar, mais uma vez, que primeiramente esse projeto chegou a esta Casa, de origem governamental, dentro do prazo regimental, e a lei obriga esse encaminhamento, e logo em seguida iniciou a sua tramitação na comissão de Finanças e Tributação. E no âmbito dessa comissão avocamos à relatoria dessa matéria, praxe desta Casa, iniciando um processo de discussão para chegarmos a este momento. E claro, primeiro, tivemos o cronograma das audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Volto aqui, mais uma vez, para reforçar esse instrumento importante da democracia participativa, pois a Assembleia Legislativa foi pioneira mais uma vez em nível de Brasil e abriu a discussão do Orçamento e das leis complementares,

PPA e LDO, para que a população pudesse participar diretamente na discussão, ter conhecimento e decisões das prioridades regionais.

Desde 1997 a Assembleia aprovou essa emenda constitucional, portanto, faz quase 16 anos que o Parlamento catarinense vem cumprindo com o seu papel legal, regimental, fazendo as audiências públicas dentro do que precede a lei e da forma como foi estabelecida. E, claro, sempre avançando. E este foi mais um ano de avanço.

O primeiro avanço que tivemos, sr. presidente, foi poder ampliar o número de debates, aumentarmos o número de audiências públicas para 34. Claro que havia dúvidas sobre esse aumento, envolvendo até, talvez, um pouco de aumento de despesa por parte da Assembleia. E aí quero agradecer ao presidente e à Mesa Diretora por terem compreendido a dimensão das audiências públicas e a sua necessidade, dando estrutura suficiente para caminharmos nas 34 audiências públicas em nosso estado.

Esse fato de termos ampliado o número de audiências permitiu uma maior participação. Vejam, srs. deputados, que no ano passado, nas nossas audiências públicas, tivemos 1.006 participantes. Este ano foram 2.605 participantes. Portanto, alcançamos esse primeiro objetivo de ter uma maior participação não só de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, mas também da sociedade civil organizada, através das entidades, através de pessoas físicas que compareceram nas audiências públicas.

O segundo objetivo de avanço foi também ter uma participação mais direta do Poder Executivo que participou de todas as audiências públicas, através da secretaria de Planejamento, através da secretaria da Fazenda, através das secretarias Regionais. E com isso já harmonizando também a questão entre prioridades regionais defendidas pelas secretarias Regionais com a comissão do Orçamento Regionalizado, a comissão de Finanças e a Assembleia Legislativa.

Esse foi um avanço significativo, que resultou em 108 emendas. E todas elas foram contempladas

conforme o nosso compromisso. Algumas delas já estavam no projeto do governo, ou seja, no projeto original, outras estavam dentro das secretarias Regionais. Portanto, agora, no Relatório final, ficaram 93 emendas que vieram das audiências públicas.

Quero ressaltar que também foram apresentadas, deputado Reno Caramori, emendas individuais, emendas de bancada - 49 emendas de parlamentares e 30 de bancada -, todas elas relacionadas com o intuito de melhorar ainda mais a LDO. Mas dentro do compromisso assumido, não acatamos essas emendas, explicando isso especialmente à bancada do Partido dos Trabalhadores desta Casa, como também aos deputados que apresentaram as emendas, porque o compromisso maior de todos nós é com as emendas do Orçamento Regionalizado, ficando, assim, essas emendas prejudicadas, no nosso encaminhamento, no nosso relatório final.

Também quero ressaltar uma questão que foi levantada hoje pela manhã ainda, no âmbito da comissão, em tempo, pelo deputado Antônio Aguiar, sobre a questão da construção do Fórum de Canoinhas.

O Tribunal de Justiça acabou de nos encaminhar, através do deputado Antônio Aguiar, o compromisso formal da realização dessa obra, mas como há prazo regimental para a apresentação de emendas e também para não quebrar o acordo firmado, o deputado Antônio Aguiar entendeu a nossa posição. E quero dizer que com certeza estará no Orçamento a sua preocupação e do próprio Tribunal de Justiça que acabou nos encaminhando agora essa solicitação.

Dentro disso conseguimos contemplar aquilo que é prioritário, que foram as nossas emendas do Orçamento Regionalizado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, primeiro quero parabenizar v.exa., que foi um combativo, perseverante, sempre na busca incansável da manutenção do Orçamento

Regionalizado, que, aliás, vem se consolidando a cada dia, apesar de algumas controvérsias com relação ao número de audiências. Mas acho que na essência é preciso que essa oportunidade seja levada às comunidades mais distantes. Talvez possamos reduzir o número de audiências para que possamos potencializá-las ainda mais. Mas o importante disso tudo é o respeito do governo em reconhecer na essência a participação das comunidades, dos segmentos organizados, e as emendas poderem ser elencadas e consolidadas no Orçamento do estado.

Parabenizo v.exa., mais uma vez, pela perseverança e pelo trabalho desenvolvido à frente da comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, v.exa. foi um participante em várias audiências públicas, inclusive no oeste do nosso estado, na sua cidade e sua região, Criciúma, em que tivemos o maior público presente, onde mais de 230 pessoas participaram.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa. pela maneira como conduziu o Orçamento Regionalizado.

O Orçamento Regionalizado mostra aos deputados e para a nossa Assembleia Legislativa que é algo concreto. E assim como na Câmara dos Deputados Federais já foi aprovado o orçamento impositivo, esperamos que aqui em Santa Catarina tenhamos até o final do ano uma proposta para também fazer isso.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, v.exa. participou de inúmeras audiências públicas, e quero ressaltar esse último ponto que v.exa. levantou, que é a questão de todos os deputados participarem. E hoje pela manhã, no âmbito da comissão, foi levantada essa questão pelo deputado Neodi Saretta, pela deputada Luciane Carminatti, a questão de estarmos fazendo o nosso papel,

apresentando as nossas emendas de forma democrática e participativa, mas fica a dúvida quando essas emendas serão efetivamente realizadas.

Diante disso, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, apresentou uma emenda constitucional. E estamos apresentando também, para melhorar ainda mais a sua proposta, uma emenda substitutiva, para que possamos enfim ter, a partir da próxima legislatura, o orçamento regionalizado impositivo. Esse é o desejo de todos, e aí, sim, efetivamente o nosso trabalho será concretizado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Gilmar Knaesel, quero parabenizar v.exa. e toda a equipe da Assembleia Legislativa, que se esmerou para que pudéssemos percorrer todo o estado de Santa Catarina e trazer para esta Casa, e principalmente para o governo do estado, a realidade do nosso estado, o que a população pensa, o que a população quer a respeito de obras nas suas regiões, algumas localizadas, outras regionalizadas, mas acima de tudo de muita importância.

Deputado Gilmar Knaesel, sras. deputadas, srs. deputados, estamos vivendo um novo momento da vontade popular e da realidade popular. Mais do que nunca se faz necessário fazermos o orçamento impositivo, aquele orçamento que realmente se torne realidade na busca de ações. Então, deputado Gilmar Knaesel, existe a importância de continuarmos caminhando nesse sentido e fazer com que o que foi buscado nas localidades de norte a sul, de leste a oeste seja efetivamente acatado e acolhido por esta Casa e acima de tudo que se transformem na realidade que o povo quer, que são obras tão importantes para as suas regiões. Parabéns, deputado Gilmar Knaesel, e muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, pela sua participação, pelas suas palavras. Vou também

agradecer à Presidência, à Mesa Diretora, a todos os deputados que compareceram às audiências públicas, mas quero agradecer especialmente à equipe de servidores da Casa, à comissão coordenadora do Orçamento Regionalizado, aos nossos técnicos, aos nossos servidores que ajudaram para que as audiências públicas pudessem acontecer, a todas as assessorias da Casa, à comunicação da Casa, a outros setores, a todos os funcionários que muitas vezes viajaram de domingo a sábado para poder acompanhar, fazer o seu papel e o seu trabalho, enfim, quero agradecer a todos neste momento.

Por último, sr. presidente, quero agradecer à deputada Luciane Carminatti, pela compreensão. S.Exa., hoje pela manhã, apresentou pedido de destaque para algumas matérias, e acho que vai discursar agora em plenário, mas compreendeu que não foi possível atender, devido ao acordo firmado desde o começo, pois temos que ter um princípio, senão, seria impossível coordenar e ter o relatório dessa forma. Então, peço mais uma vez escusas para todos os deputados que não pude atender com suas emendas individuais ou emendas de bancada, mas acredito que está aqui um relatório que atenda acima de tudo ao Poder Legislativo.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Está encerrada a discussão.

Nós temos um requerimento apresentado pela bancada do PT para a discussão em bloco das Emendas n.s: 022, 023, 029, 063 e 165.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como a discussão é em bloco, vamos conceder a palavra por cinco minutos para a discussão da matéria.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores pediu destaque que serão defendidos pela deputada

Luciane Carminatti das Emendas n.s 22, 23, 29, 63 e 165.

Então, a deputada Luciane Carminatti será a porta-voz da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero saudar o ex-vereador de Jaguaruna, o particular amigo Alemão, mais conhecido como Pescoço, que está aqui hoje visitando o Parlamento de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também registra a presença do nosso sempre vereador, querido amigo Alemão, de Jaguaruna.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero chamar a atenção dos colegas deputados e deputadas que ao aprovarmos a LDO estaremos aprovando 93 emendas ao Orçamento Regionalizado. E é claro que nós, como parlamentares, temos que defendê-las, porque esta Casa inclusive foi autora desta lei, ainda na época do deputado Carlito Merss. Então, nesse sentido quero referendar a importância de cumprirmos com as prioridades do Orçamento Regionalizado.

Nós, deputados desta Casa, através de nossas bancadas ou individualmente, apresentamos 79 emendas, entre bancadas e individuais, e a bancada do PT nesse contexto apresentou 30 emendas também dentro das 79.

Apresentei em torno de 14 emendas, das quais quero destacar cinco, que acredito ser muito importantes, embora saibamos de antemão o resultado da votação do relatório da LDO. Mas quero que fique registrado nos Anais desta Casa e para que, ao ser encaminhado o Plano Plurianual em setembro deste ano e posteriormente a Lei Orçamentária, possamos garantir que o governo

tenha sensibilidade para se comprometer com tais questões.

A Emenda n. 22 trata da construção, reforma e ampliação dos CRAS que são a porta de entrada da política da assistência social em cada município. E não temos hoje um CRAS com edificação própria, estruturado, com uma equipe adequada em cada município, pois muitos municípios ainda possuem CRAS alugados, em precárias condições, sem as equipes completas. Então, precisamos estruturar os Centros de Referência em Assistência Social.

A Emenda n. 23 garante bolsas de estudo e supervisão de estágio para estudantes do ensino médio. Por que estamos incluindo essa emenda? Porque o governo federal tem tido uma política de ampliação do ensino médio inovador. E no caso, em Santa Catarina, temos várias escolas sendo transformadas ou reconstruídas para atender aos estudantes do ensino médio, ampliando a jornada, portanto, com tempo integral. E muitos desses alunos já contribuía com a renda familiar, deputado Kennedy Nunes. Dessa forma, muitos estudantes do ensino médio estão mudando de escola para poder continuar ajudando a família.

Ora, se queremos que cada vez mais os nossos jovens adolescentes possam estudar mais tempo, como fazem adolescentes e jovens do mundo inteiro, temos que sair da condição quatro horas e ampliar essa carga horária. Para isso vamos ter que conviver com bolsas de trabalho para muitos jovens que estão em situação de pobreza em suas famílias. Então, apresentamos essa emenda justamente para garantir esse auxílio para que os jovens continuem estudando.

Outra Emenda é a n. 29, que trata do cofinanciamento do serviço de proteção social básica, que é justamente a relação com o CRAS. Nós precisamos também enxergar a cor do dinheiro do governo do estado no cofinanciamento para os CRAS.

Fizemos audiência nesta semana aqui na Assembleia Legislativa, tratamos desse tema e é unânime, inclusive dentro do próprio governo, que precisamos ajudar a financiar a assistência social básica.

A Emenda n. 63, e essa emenda faz justiça ao que nós também relatamos na comissão de Finanças, trata da ampliação da atuação, deputado Gilmar Knaesel, da Defensoria Pública em Santa Catarina. Todos nós temos responsabilidade em garantir que a Defensoria Pública chegue a todas as regiões do estado, e não somente com a figura do defensor público, mas também com equipe, equipamentos e condições de atendimento à população.

É importante destacar, sr. presidente, que a Defensoria Pública, nesse pouco tempo de funcionamento, tem atuado, prioritariamente, em cerca de 60% dos casos, na mediação de conflitos, evitando inclusive o processo judicial, o que é muito bom na nossa avaliação.

Então, isso mostra um pouco a diferença entre Defensoria Dativa e a Defensoria Pública. Os defensores estão mediando os conflitos, evitando que esse conflito se transforme em ações judiciais, e atuando, inclusive, na prevenção, na educação e realizando audiências nas diferentes regiões onde estão atuando.

Portanto, chama-nos a atenção o fato de que esse trabalho da Defensoria Pública precisa de fato chegar a todas as regiões do estado de Santa Catarina. Talvez daqui a cinco anos vamos nos dar conta de que é mais barato para o estado investir na Defensoria Pública do que na Defensoria Dativa.

Então, dessa forma, o governo do estado, através da secretaria de Planejamento, na figura do sr. Romualdo... E quero que fique registrado que fez contato conosco, hoje, antes da votação dessa emenda da Defensoria Pública na comissão de Finanças, e assumiu um compromisso conosco - e quero deixar público isso aqui - de que o governo se compromete a enviar, junto à revisão do PPA em setembro, a garantia dessa emenda.

Por último, temos a Emenda n. 165 que trata também, na LDO, da diretriz que inclui a economia solidária. Por quê? Porque precisamos enxergar essa forma alternativa de economia, e muitas vezes ela passa despercebida.

Bem, diante da apresentação dessas emendas, é óbvio que gostaria muito que fossem aprovadas,

mas, mais do que isso, quero que este Parlamento compreenda a importância de sistemas e que tenha no seu registro da ata do dia de hoje desta sessão essas cinco emendas aqui apresentadas para que possamos garantir, na revisão do PPA, a inclusão e o compromisso do governo da garantia dessas cinco emendas.

Com relação à posição do nosso presidente da comissão de Finanças, quero, primeiro, registrar de forma muito transparente que é claro que houve bom senso do presidente Gilmar Knaesel, porque trabalhou - e eu mesmo brinquei que foi um critério excludente, porque excluiu 79 emendas individuais de bancada - com um critério transparente e acatou todas as emendas do Orçamento Regionalizado. O que me parece que cabe é um grande desafio para nós, parlamentares: garantir que as audiências públicas do Orçamento Regionalizado tenham uma maior ampliação. Acho que este é um desafio.

Eu, inclusive, propus aos membros da comissão de Finanças que seja feito um estudo no sentido de garantir que nas próximas audiências haja a revisão do horário, porque acredito que ele impede uma grande parte da população de participar - porque em Santa Catarina, assim como no Brasil, a maioria das pessoas está empregada e trabalhando.

Por outro lado, precisamos também olhar para o que está acontecendo no mundo da inovação e trabalhar com o critério de petições pela internet, enfim, precisamos criar mecanismos de ouvir também, através das redes sociais, quais são as demandas que as nossas populações levantam.

Quem sabe, mudando essa questão, olhando melhor os horários e inovando com o uso das redes sociais, poderemos ter o Orçamento Regionalizado muito mais ampliado, com uma participação maior e, portanto, com uma legitimidade ainda maior.

Então, quero fazer esse registro, agradecer a compreensão no sentido de que tenho certeza de que o nosso presidente vai ser solidário quando vier o PPA, para que façamos, como diz o ditado, justiça no sentido de garantir justiça para incluir essas emendas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputada Luciane Carminatti, fiz questão de ressaltar já no meu pronunciamento essas suas emendas, não todas elas, mas parte delas, e mais uma vez reconhecer que elas são altamente importantes, necessárias, com um fundo social, econômico, enfim, dentro daquilo que nós deputados precisamos e queremos ajudar a melhorar a qualidade de vida dos catarinenses. Mas dentro do critério adotado, lamentei, e já fiz aqui a justificativa, não poder acatá-las, inclusive aquelas que v.exa. defendeu e defende muito bem, como a questão da ampliação que o governo se comprometeu agora de incluir na revisão do PPA e inclusive emendas ao Orçamento Regionalizado, eis que assumimos esse compromisso na revisão do PPA, o de incluir algumas alterações necessárias.

Então, peço vênha mais uma vez a v.exa., à bancada, pois sei do trabalho que fizeram, mas infelizmente, como relator, tive que ser excludente das suas emendas, mas sempre reconhecendo o alto objetivo que elas têm.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o destaque às Emendas n.s 22, 23, 29, 63 e 165.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputados, já justificado o pedido de destaque do Partido dos Trabalhadores nessas emendas que são altamente meritórias, mas em função do acordo feito com as demais bancadas e partidos, estamos sugerindo a rejeição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) -Em votação.

Os srs. deputados que aprovam as emendas permaneçam como se encontram.

Rejeitadas as emendas por maioria.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0104/2013, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e estabelece outras providências, com as emendas do relatório: Emenda Modificativa n. 173, Emendas Aditivas n.s 174 e 175 e Emendas n.s 64 a 152, 154, 156, 158 e 162.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam encerramos sua discussão.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência, com a concordância dos srs. líderes, pretende encerrar esta sessão, concedendo um prazo de cinco minutos para que a comissão de Finanças e Tributação possa concluir a manifestação sobre a matéria pendente, presidente Gilmar Knaesel, e, depois disso, reabriremos os trabalhos ou faremos outra sessão para a votação do segundo turno da matéria em questão e redação final das demais matérias.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas para esclarecer e não ficar nenhuma dúvida na tramitação: na parte da manhã a comissão de Finanças e Tributação deixou em aberto os trabalhos da comissão, já prevendo que poderia haver necessidade de alguma matéria vir à comissão de Constituição e Justiça e ainda ter deliberação da comissão de Finanças e Tributação, como aconteceu nesse fato.

O deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, por telefone,

localizou-me, disse da importância desse projeto e que havia uma solicitação para que essa matéria viesse a Plenário, e avocamos a matéria. Está apensado o nosso parecer, o nosso voto, mas faltaram algumas assinaturas de alguns deputados da comissão, faltantes neste momento.

Então, quero convocar os membros da comissão de Finanças e Tributação para nos reunirmos extraordinariamente na sala de imprensa, por até três minutos, para, enfim, encerramos também esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 15h48.

Está encerrada a sessão.